



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESPÍRITO SANTO
PODER LEGISLATIVO

N.º do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
10394/2022	11796/2022	10/06/2022 14:27:30	10/06/2022 14:27:29

Tipo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Número

32/2022

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

SERGIO MAJESKI

Ementa:

Modifica dispositivos da Lei Complementar nº 971, de 14 de julho de 2021, acabando com o limite de vagas no transporte rodoviário intermunicipal para as pessoas com deficiência comprovadamente carentes.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº / 2022

Modifica dispositivos da Lei Complementar nº 971, de 14 de julho de 2021, acabando com o limite de vagas no transporte rodoviário intermunicipal para as pessoas com deficiência comprovadamente carentes.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETA:

Art. 1º. Modifica dispositivos da Lei Complementar nº 971, de 14 de julho de 2021, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. (...)

§ 3º Serão garantidas 2 (duas) vagas gratuitas para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos em cada veículo do serviço convencional, ou de outros serviços, conforme previsto no § 2º, desde que atendidas as condições e pré-requisitos definidos nesta Lei Complementar e em Decretos e Normas Complementares emitidas pela CETURB/ES para disciplinar o assunto.

§ 4º Às pessoas com deficiência, comprovadamente carentes, nos termos dos incisos I e II, do art. 6º, será garantida a gratuidade no transporte intermunicipal de passageiros, em número ilimitado de assentos, tal qual o direito garantido a estes na Lei Federal nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede o passe livre no transporte coletivo interestadual.

§ 5º As vagas gratuitas de que trata esta lei que não forem reservadas ou utilizadas pelos beneficiários ficam liberadas para comercialização pela transportadora, na forma da regulamentação desta Lei Complementar e demais Normas Complementares a serem emitidas pela CETURB/ES.

(...)

Art. 5º (...)

§ 1º O acompanhante, obrigatoriamente, deverá sentar-se ao lado da pessoa com deficiência, estando, portanto, incluso na reserva de bancos prevista no § 4º do art. 1º desta Lei Complementar.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

tratamento diferenciado às pessoas com deficiência, com o fim de propiciar-lhes integração na sociedade e garantir-lhes pleno exercício dos direitos individuais e sociais.

Em tempo, destaco que se faz necessário, ainda, a alteração do art. 13 da Lei Complementar nº 971/2021, uma vez que a nova redação sugerida para o art. 1º, § 3º, não justifica a previsão de desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem às pessoas com deficiência.

Dessa forma, certos do apoio dos demais parlamentares à ampliação dos direitos e da garantia de maior proteção social às pessoas com deficiência, encaminhamos a presente proposta para discussão e aprovação.

Vitória-ES, 10 de junho de 2022.

SERGIO MAJESKI
DEPUTADO ESTADUAL

Presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Inclusão, à Acessibilidade e Cidadania das
Pessoas com Deficiência.

GABINETE DO DEPUTADO SERGIO MAJESKI



Autenticar documento em <http://www2.ales.gov.br/autenticidade>
Legislativa do Estado do Espírito Santo - Gabinete 602 - Av. Américo Bualz, 205, Enseada do Suá
com o identificador 31003400340034003400340034005000, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.
Tel.: (127) 3682-3381





Processo: 10394/2022 - PLC 32/2022

Fase Atual: Protocolar

Ação Realizada: Protocolado

Próxima Fase: Verificar a Existência de Proposições/Normas de mesma Natureza

A(o) Diretoria de Documentação e Informação,

Proposição protocolizada automaticamente pelo Software para Virtualização do Poder Legislativo - ALES DIGITAL.

Vitória, 10 de junho de 2022.

Protocolo Automático

-

Tramitado por, Sergio Majeski Matrícula





Processo: 10394/2022 - PLC 32/2022

Fase Atual: Verificar a Existência de Proposições/Normas de mesma Natureza

Ação Realizada: Não Existem Proposições/Normas Similares à Proposição Apresentada

Próxima Fase: Aguardar Análise da Presidência na SGM (Ales Digital)

A(o) Secretaria Geral da Mesa,

Não existem Proposições ou Normas similares à Proposição apresentada.

Vitória, 10 de junho de 2022.

Adriana dos Santos Ferreira Franco Ribeiro
Técnico Legislativo Sênior - 758625

Tramitado por, Adriana dos Santos Ferreira Franco Ribeiro Matrícula 758625





Processo: 10394/2022 - PLC 32/2022

Fase Atual: Aguardar Análise da Presidência na SGM (Ales Digital)

Ação Realizada: Tramitação Regular

Próxima Fase: Leitura da Proposição Principal

A(o) Plenário,

Para inclusão da presente Proposição no Expediente da próxima Sessão Plenária.

Vitória, 10 de junho de 2022.

Karla Queiroz De Oliveira
Técnico Legislativo Sênior - 427281

Tramitado por, Karla Queiroz De Oliveira Matrícula 427281





Processo: 10394/2022 - PLC 32/2022

Fase Atual: Leitura da Proposição Principal

Ação Realizada: Prosseguir

Próxima Fase: Registro da Proposição Principal

A(o) Supervisão de Registro e Tramitação Legislativa - DIPROL,

Após o cumprimento do artigo 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, Mobilidade Urbana e de Finanças.

Vitória, 13 de junho de 2022.

Lilian Borges Dutra
Técnico Legislativo Júnior - 912705

Tramitado por, Lilian Borges Dutra Matrícula 912705





Processo: 10394/2022 - PLC 32/2022

Fase Atual: Registro da Proposição Principal

Ação Realizada: Análise

Próxima Fase: Elaboração de Estudo de Técnica

A(o) Diretoria da Redação,
ÀDR para elaboração de estudo de técnica.

Vitória, 13 de junho de 2022.

ANTONIO DANIEL AGRIZZI
Técnico Legislativo Sênior - 682246

Tramitado por, ANTONIO DANIEL AGRIZZI Matrícula 682246





Processo: 10394/2022 - PLC 32/2022

Fase Atual: Elaboração de Estudo de Técnica

Ação Realizada: Análise

Próxima Fase: Elaboração de Parecer Técnico na Procuradoria Geral

A(o) Procuradoria Geral,

Vitória, 13 de junho de 2022.

Luciana Maria Ferreira Oliveira De Souza
Técnico Legislativo Sênior - 786914

Tramitado por, Luciana Maria Ferreira Oliveira De Souza Matrícula 786914





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**DIRETORIA DE REDAÇÃO – DR
ESTUDO DE TÉCNICA LEGISLATIVA**

Visando adequar o Projeto de Lei Complementar nº 32/2022 à técnica legislativa, às normas gramaticais, ao Manual de Normas de Redação Legislativa da Ales, publicado no DPL de 27.11.2015, e ao disposto na Lei Complementar Federal nº 95/1998, alterada pela Lei Complementar Federal nº 107/2001, esta DR sugere as modificações abaixo, em destaque ao texto da matéria, que deverão ser acolhidas por ocasião da extração de autógrafos.

“PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 32/2022

Altera a redação de dispositivos da Lei Complementar nº 971, de 14 de julho de 2021, acabando com o limite de vagas no transporte rodoviário intermunicipal para as pessoas com deficiência comprovadamente carentes.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETA:

Art. 1º A Lei Complementar nº 971, de 14 de julho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

(...)

§ 3º Serão garantidas 2 (duas) vagas gratuitas para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade em cada veículo do serviço convencional, ou de outros serviços, conforme previsto no § 2º, desde que atendidas às condições e pré-requisitos definidos nesta Lei Complementar e em Decretos e Normas Complementares emitidos pela CETURB/ES para disciplinar o assunto.

§ 4º Às pessoas com deficiência, comprovadamente carentes, nos termos dos incisos I e II do art. 6º, será garantida a gratuidade no transporte intermunicipal de passageiros, em número ilimitado de assentos, tal qual o direito garantido a esses na Lei Federal nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede o passe livre no transporte coletivo interestadual.

§ 5º As vagas gratuitas de que trata esta Lei Complementar que não forem reservadas ou utilizadas pelos beneficiários ficam liberadas para comercialização pela transportadora, na forma da regulamentação desta Lei Complementar e demais Normas Complementares a serem emitidas pela CETURB/ES.” (NR)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

“Art. 5º (...)

§ 1º O acompanhante, obrigatoriamente, deverá sentar-se ao lado da pessoa com deficiência, estando, portanto, incluso na reserva de bancos prevista no § 4º do art. 1º desta Lei Complementar.

(...).” (NR)

“Art. 13. Além das vagas estabelecidas no §3º do art. 1º, fica garantido o direito ao desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem para mais 2 (dois) lugares para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, quando os assentos reservados já estiverem sendo utilizados.”(NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, 10 de junho de 2022.

**SERGIO MAJESKI
DEPUTADO ESTADUAL**

Em 13 de junho de 2022.

**Jarlos Nunes Sobrinho
Diretor de Redação – DR**

Luciana/Ernesta
ETL nº 351/2022





Processo: 10394/2022 - PLC 32/2022

Fase Atual: Elaboração de Parecer Técnico na Procuradoria Geral

Ação Realizada: Preparar Parecer

Próxima Fase: Encaminhamento para parecer técnico na Diretoria da Procuradoria

A(o) Diretoria da Procuradoria,

Para elaboração de parecer técnico, nos termos do artigo 3º, inciso XX, da Lei Complementar nº 287/04, no Projeto de Lei Complementar Nº 32/2022, pelo Sr. Procurador **Gustavo Merçon**, designado na Setorial Legislativa, com observância do art. 16 do Ato nº 964/2018.

Após cumprimento do disposto no artigo 12, incisos V e VI, da Lei Complementar nº 287/04, solicitamos encaminhamento à Sra. Subcoordenadora da Setorial Legislativa, para opinar, nos termos do artigo 10, inciso I, do Ato nº 964/2018.

(Portaria PGALES Nº 03/2018, publicada no DPL de 17 de agosto de 2018)

Vitória, 22 de junho de 2022.

CRISTINA PASSOS DALEPRANE
Técnico Legislativo Sênior - 1589456

Tramitado por, CRISTINA PASSOS DALEPRANE Matrícula 1589456





Processo: 10394/2022 - PLC 32/2022

Fase Atual: Encaminhamento para parecer técnico na Diretoria da Procuradoria

Ação Realizada: Distribuir

Próxima Fase: Distribuição da Proposição ao Procurador para elaboração de parecer

A(o) Diretoria da Procuradoria,

Para elaboração de parecer técnico, nos termos do artigo 3º, inciso XX, da Lei Complementar nº 287/04, no Projeto de Lei Complementar Nº 32/2022, pelo Sr. Procurador Gustavo Merçon, designado na Setorial Legislativa, com observância do art. 16 do Ato nº 964/2018.

Vitória, 22 de junho de 2022.

Gustavo Merçon
Procurador Adjunto - 587998

Tramitado por, Marta Goretti Marques Matrícula 663695





Processo: 10394/2022 - PLC 32/2022

Fase Atual: Distribuição da Proposição ao Procurador para elaboração de parecer

Ação Realizada: Prosseguir

Próxima Fase: Elaboração de Parecer pelo Procurador

A(o) Diretoria da Procuradoria,
Com parecer técnico

Vitória, 23 de junho de 2022.

Gustavo Mercon
Procurador Adjunto - 587998

Tramitado por, Guilherme Rodrigues Matrícula 778066





PARECER TÉCNICO

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei Complementar nº 32/2022

Autor: Deputado Sérgio Mageski

Assunto: “Modifica dispositivos da Lei Complementar nº 971, de 14 de julho de 2021, acabando com o limite de vagas no transporte rodoviário intermunicipal para as pessoas com deficiência comprovadamente carentes.”

RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 32/2022, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Mageski, cuja finalidade é a de modificar dispositivos da Lei Complementar nº 971, de 14 de julho de 2021, acabando com o limite de vagas no transporte rodoviário intermunicipal para as pessoas com deficiência comprovadamente carentes.

A referida proposição legislativa foi protocolizada, automaticamente pelo Software para Virtualização do Poder Legislativo - ALES DIGITAL, no dia 10 de junho de 2022. E, no dia 13 do mesmo mês e ano, foi lida na Sessão Ordinária deste Poder Legislativo, sendo que neste último evento recebeu, do Senhor Presidente da Mesa Diretora, o seguinte despacho: “*Após o cumprimento do artigo 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, Mobilidade Urbana e de Finanças*”.

Em seguida, a propositura recebeu encaminhamento para esta Procuradoria Legislativa para análise e parecer, na forma do art. 3º, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 287/2004, combinado com o art. 121 do Regimento Interno deste Poder Legislativo (Resolução nº 2.700/2009). Distribuída a matéria, coube-me examiná-la e oferecer parecer técnico.

PROCURADORIA GERAL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida Américo Buaiz – nº. 205 – Palácio Domingos Martins, Enseada de Suá – Vitória/ES – CEP 29.050-950 –

Tel.: (27) 3100-3123 / 3100-3125 / 3100-3126 / 3100-3127 / 3100-3128 / 3100-3129 / 3100-3130 / 3100-3131 / 3100-3132 / 3100-3133 / 3100-3134 / 3100-3135 / 3100-3136 / 3100-3137 / 3100-3138 / 3100-3139 / 3100-3140 / 3100-3141 / 3100-3142 / 3100-3143 / 3100-3144 / 3100-3145 / 3100-3146 / 3100-3147 / 3100-3148 / 3100-3149 / 3100-3150 / 3100-3151 / 3100-3152 / 3100-3153 / 3100-3154 / 3100-3155 / 3100-3156 / 3100-3157 / 3100-3158 / 3100-3159 / 3100-3160 / 3100-3161 / 3100-3162 / 3100-3163 / 3100-3164 / 3100-3165 / 3100-3166 / 3100-3167 / 3100-3168 / 3100-3169 / 3100-3170 / 3100-3171 / 3100-3172 / 3100-3173 / 3100-3174 / 3100-3175 / 3100-3176 / 3100-3177 / 3100-3178 / 3100-3179 / 3100-3180 / 3100-3181 / 3100-3182 / 3100-3183 / 3100-3184 / 3100-3185 / 3100-3186 / 3100-3187 / 3100-3188 / 3100-3189 / 3100-3190 / 3100-3191 / 3100-3192 / 3100-3193 / 3100-3194 / 3100-3195 / 3100-3196 / 3100-3197 / 3100-3198 / 3100-3199 / 3100-3200 / 3100-3201 / 3100-3202 / 3100-3203 / 3100-3204 / 3100-3205 / 3100-3206 / 3100-3207 / 3100-3208 / 3100-3209 / 3100-3210 / 3100-3211 / 3100-3212 / 3100-3213 / 3100-3214 / 3100-3215 / 3100-3216 / 3100-3217 / 3100-3218 / 3100-3219 / 3100-3220 / 3100-3221 / 3100-3222 / 3100-3223 / 3100-3224 / 3100-3225 / 3100-3226 / 3100-3227 / 3100-3228 / 3100-3229 / 3100-3230 / 3100-3231 / 3100-3232 / 3100-3233 / 3100-3234 / 3100-3235 / 3100-3236 / 3100-3237 / 3100-3238 / 3100-3239 / 3100-3240 / 3100-3241 / 3100-3242 / 3100-3243 / 3100-3244 / 3100-3245 / 3100-3246 / 3100-3247 / 3100-3248 / 3100-3249 / 3100-3250 / 3100-3251 / 3100-3252 / 3100-3253 / 3100-3254 / 3100-3255 / 3100-3256 / 3100-3257 / 3100-3258 / 3100-3259 / 3100-3260 / 3100-3261 / 3100-3262 / 3100-3263 / 3100-3264 / 3100-3265 / 3100-3266 / 3100-3267 / 3100-3268 / 3100-3269 / 3100-3270 / 3100-3271 / 3100-3272 / 3100-3273 / 3100-3274 / 3100-3275 / 3100-3276 / 3100-3277 / 3100-3278 / 3100-3279 / 3100-3280 / 3100-3281 / 3100-3282 / 3100-3283 / 3100-3284 / 3100-3285 / 3100-3286 / 3100-3287 / 3100-3288 / 3100-3289 / 3100-3290 / 3100-3291 / 3100-3292 / 3100-3293 / 3100-3294 / 3100-3295 / 3100-3296 / 3100-3297 / 3100-3298 / 3100-3299 / 3100-3300 / 3100-3301 / 3100-3302 / 3100-3303 / 3100-3304 / 3100-3305 / 3100-3306 / 3100-3307 / 3100-3308 / 3100-3309 / 3100-3310 / 3100-3311 / 3100-3312 / 3100-3313 / 3100-3314 / 3100-3315 / 3100-3316 / 3100-3317 / 3100-3318 / 3100-3319 / 3100-3320 / 3100-3321 / 3100-3322 / 3100-3323 / 3100-3324 / 3100-3325 / 3100-3326 / 3100-3327 / 3100-3328 / 3100-3329 / 3100-3330 / 3100-3331 / 3100-3332 / 3100-3333 / 3100-3334 / 3100-3335 / 3100-3336 / 3100-3337 / 3100-3338 / 3100-3339 / 3100-3340 / 3100-3341 / 3100-3342 / 3100-3343 / 3100-3344 / 3100-3345 / 3100-3346 / 3100-3347 / 3100-3348 / 3100-3349 / 3100-3350 / 3100-3351 / 3100-3352 / 3100-3353 / 3100-3354 / 3100-3355 / 3100-3356 / 3100-3357 / 3100-3358 / 3100-3359 / 3100-3360 / 3100-3361 / 3100-3362 / 3100-3363 / 3100-3364 / 3100-3365 / 3100-3366 / 3100-3367 / 3100-3368 / 3100-3369 / 3100-3370 / 3100-3371 / 3100-3372 / 3100-3373 / 3100-3374 / 3100-3375 / 3100-3376 / 3100-3377 / 3100-3378 / 3100-3379 / 3100-3380 / 3100-3381 / 3100-3382 / 3100-3383 / 3100-3384 / 3100-3385 / 3100-3386 / 3100-3387 / 3100-3388 / 3100-3389 / 3100-3390 / 3100-3391 / 3100-3392 / 3100-3393 / 3100-3394 / 3100-3395 / 3100-3396 / 3100-3397 / 3100-3398 / 3100-3399 / 3100-3400 / 3100-3401 / 3100-3402 / 3100-3403 / 3100-3404 / 3100-3405 / 3100-3406 / 3100-3407 / 3100-3408 / 3100-3409 / 3100-3410 / 3100-3411 / 3100-3412 / 3100-3413 / 3100-3414 / 3100-3415 / 3100-3416 / 3100-3417 / 3100-3418 / 3100-3419 / 3100-3420 / 3100-3421 / 3100-3422 / 3100-3423 / 3100-3424 / 3100-3425 / 3100-3426 / 3100-3427 / 3100-3428 / 3100-3429 / 3100-3430 / 3100-3431 / 3100-3432 / 3100-3433 / 3100-3434 / 3100-3435 / 3100-3436 / 3100-3437 / 3100-3438 / 3100-3439 / 3100-3440 / 3100-3441 / 3100-3442 / 3100-3443 / 3100-3444 / 3100-3445 / 3100-3446 / 3100-3447 / 3100-3448 / 3100-3449 / 3100-3450 / 3100-3451 / 3100-3452 / 3100-3453 / 3100-3454 / 3100-3455 / 3100-3456 / 3100-3457 / 3100-3458 / 3100-3459 / 3100-3460 / 3100-3461 / 3100-3462 / 3100-3463 / 3100-3464 / 3100-3465 / 3100-3466 / 3100-3467 / 3100-3468 / 3100-3469 / 3100-3470 / 3100-3471 / 3100-3472 / 3100-3473 / 3100-3474 / 3100-3475 / 3100-3476 / 3100-3477 / 3100-3478 / 3100-3479 / 3100-3480 / 3100-3481 / 3100-3482 / 3100-3483 / 3100-3484 / 3100-3485 / 3100-3486 / 3100-3487 / 3100-3488 / 3100-3489 / 3100-3490 / 3100-3491 / 3100-3492 / 3100-3493 / 3100-3494 / 3100-3495 / 3100-3496 / 3100-3497 / 3100-3498 / 3100-3499 / 3100-3500 / 3100-3501 / 3100-3502 / 3100-3503 / 3100-3504 / 3100-3505 / 3100-3506 / 3100-3507 / 3100-3508 / 3100-3509 / 3100-3510 / 3100-3511 / 3100-3512 / 3100-3513 / 3100-3514 / 3100-3515 / 3100-3516 / 3100-3517 / 3100-3518 / 3100-3519 / 3100-3520 / 3100-3521 / 3100-3522 / 3100-3523 / 3100-3524 / 3100-3525 / 3100-3526 / 3100-3527 / 3100-3528 / 3100-3529 / 3100-3530 / 3100-3531 / 3100-3532 / 3100-3533 / 3100-3534 / 3100-3535 / 3100-3536 / 3100-3537 / 3100-3538 / 3100-3539 / 3100-3540 / 3100-3541 / 3100-3542 / 3100-3543 / 3100-3544 / 3100-3545 / 3100-3546 / 3100-3547 / 3100-3548 / 3100-3549 / 3100-3550 / 3100-3551 / 3100-3552 / 3100-3553 / 3100-3554 / 3100-3555 / 3100-3556 / 3100-3557 / 3100-3558 / 3100-3559 / 3100-3560 / 3100-3561 / 3100-3562 / 3100-3563 / 3100-3564 / 3100-3565 / 3100-3566 / 3100-3567 / 3100-3568 / 3100-3569 / 3100-3570 / 3100-3571 / 3100-3572 / 3100-3573 / 3100-3574 / 3100-3575 / 3100-3576 / 3100-3577 / 3100-3578 / 3100-3579 / 3100-3580 / 3100-3581 / 3100-3582 / 3100-3583 / 3100-3584 / 3100-3585 / 3100-3586 / 3100-3587 / 3100-3588 / 3100-3589 / 3100-3590 / 3100-3591 / 3100-3592 / 3100-3593 / 3100-3594 / 3100-3595 / 3100-3596 / 3100-3597 / 3100-3598 / 3100-3599 / 3100-3600 / 3100-3601 / 3100-3602 / 3100-3603 / 3100-3604 / 3100-3605 / 3100-3606 / 3100-3607 / 3100-3608 / 3100-3609 / 3100-3610 / 3100-3611 / 3100-3612 / 3100-3613 / 3100-3614 / 3100-3615 / 3100-3616 / 3100-3617 / 3100-3618 / 3100-3619 / 3100-3620 / 3100-3621 / 3100-3622 / 3100-3623 / 3100-3624 / 3100-3625 / 3100-3626 / 3100-3627 / 3100-3628 / 3100-3629 / 3100-3630 / 3100-3631 / 3100-3632 / 3100-3633 / 3100-3634 / 3100-3635 / 3100-3636 / 3100-3637 / 3100-3638 / 3100-3639 / 3100-3640 / 3100-3641 / 3100-3642 / 3100-3643 / 3100-3644 / 3100-3645 / 3100-3646 / 3100-3647 / 3100-3648 / 3100-3649 / 3100-3650 / 3100-3651 / 3100-3652 / 3100-3653 / 3100-3654 / 3100-3655 / 3100-3656 / 3100-3657 / 3100-3658 / 3100-3659 / 3100-3660 / 3100-3661 / 3100-3662 / 3100-3663 / 3100-3664 / 3100-3665 / 3100-3666 / 3100-3667 / 3100-3668 / 3100-3669 / 3100-3670 / 3100-3671 / 3100-3672 / 3100-3673 / 3100-3674 / 3100-3675 / 3100-3676 / 3100-3677 / 3100-3678 / 3100-3679 / 3100-3680 / 3100-3681 / 3100-3682 / 3100-3683 / 3100-3684 / 3100-3685 / 3100-3686 / 3100-3687 / 3100-3688 / 3100-3689 / 3100-3690 / 3100-3691 / 3100-3692 / 3100-3693 / 3100-3694 / 3100-3695 / 3100-3696 / 3100-3697 / 3100-3698 / 3100-3699 / 3100-3700 / 3100-3701 / 3100-3702 / 3100-3703 / 3100-3704 / 3100-3705 / 3100-3706 / 3100-3707 / 3100-3708 / 3100-3709 / 3100-3710 / 3100-3711 / 3100-3712 / 3100-3713 / 3100-3714 / 3100-3715 / 3100-3716 / 3100-3717 / 3100-3718 / 3100-3719 / 3100-3720 / 3100-3721 / 3100-3722 / 3100-3723 / 3100-3724 / 3100-3725 / 3100-3726 / 3100-3727 / 3100-3728 / 3100-3729 / 3100-3730 / 3100-3731 / 3100-3732 / 3100-3733 / 3100-3734 / 3100-3735 / 3100-3736 / 3100-3737 / 3100-3738 / 3100-3739 / 3100-3740 / 3100-3741 / 3100-3742 / 3100-3743 / 3100-3744 / 3100-3745 / 3100-3746 / 3100-3747 / 3100-3748 / 3100-3749 / 3100-3750 / 3100-3751 / 3100-3752 / 3100-3753 / 3100-3754 / 3100-3755 / 3100-3756 / 3100-3757 / 3100-3758 / 3100-3759 / 3100-3760 / 3100-3761 / 3100-3762 / 3100-3763 / 3100-3764 / 3100-3765 / 3100-3766 / 3100-3767 / 3100-3768 / 3100-3769 / 3100-3770 / 3100-3771 / 3100-3772 / 3100-3773 / 3100-3774 / 3100-3775 / 3100-3776 / 3100-3777 / 3100-3778 / 3100-3779 / 3100-3780 / 3100-3781 / 3100-3782 / 3100-3783 / 3100-3784 / 3100-3785 / 3100-3786 / 3100-3787 / 3100-3788 / 3100-3789 / 3100-3790 / 3100-3791 / 3100-3792 / 3100-3793 / 3100-3794 / 3100-3795 / 3100-3796 / 3100-3797 / 3100-3798 / 3100-3799 / 3100-3800 / 3100-3801 / 3100-3802 / 3100-3803 / 3100-3804 / 3100-3805 / 3100-3806 / 3100-3807 / 3100-3808 / 3100-3809 / 3100-3810 / 3100-3811 / 3100-3812 / 3100-3813 / 3100-3814 / 3100-3815 / 3100-3816 / 3100-3817 / 3100-3818 / 3100-3819 / 3100-3820 / 3100-3821 / 3100-3822 / 3100-3823 / 3100-3824 / 3100-3825 / 3100-3826 / 3100-3827 / 3100-3828 / 3100-3829 / 3100-3830 / 3100-3831 / 3100-3832 / 3100-3833 / 3100-3834 / 3100-3835 / 3100-3836 / 3100-3837 / 3100-3838 / 3100-3839 / 3100-3840 / 3100-3841 / 3100-3842 / 3100-3843 / 3100-3844 / 3100-3845 / 3100-3846 / 3100-3847 / 3100-3848 / 3100-3849 / 3100-3850 / 3100-3851 / 3100-3852 / 3100-3853 / 3100-3854 / 3100-3855 / 3100-3856 / 3100-3857 / 3100-3858 / 3100-3859 / 3100-3860 / 3100-3861 / 3100-3862 / 3100-3863 / 3100-3864 / 3100-3865 / 3100-3866 / 3100-3867 / 3100-3868 / 3100-3869 / 3100-3870 / 3100-3871 / 3100-3872 / 3100-3873 / 3100-3874 / 3100-3875 / 3100-3876 / 3100-3877 / 3100-3878 / 3100-3879 / 3100-3880 / 3100-3881 / 3100-3882 / 3100-3883 / 3100-3884 / 3100-3885 / 3100-3886 / 3100-3887 / 3100-3888 / 3100-3889 / 3100-3890 / 3100-3891 / 3100-3892 / 3100-3893 / 3100-3894 / 3100-3895 / 3100-3896 / 3100-3897 / 3100-3898 / 3100-3899 / 3100-3900 / 3100-3901 / 3100-3902 / 3100-3903 / 3100-3904 / 3100-3905 / 3100-3906 / 3100-3907 / 3100-3908 / 3100-3909 / 3100-3910 / 3100-3911 / 3100-3912 / 3100-3913 / 3100-3914 / 3100-3915 / 3100-3916 / 3100-3917 / 3100-3918 / 3100-3919 / 3100-3920 / 3100-3921 / 3100-3922 / 3100-3923 / 3100-3924 / 3100-3925 / 3100-3926 / 3100-3927 / 3100-3928 / 3100-3929 / 3100-3930 / 3100-3931 / 3100-3932 / 3100-3933 / 3100-3934 / 3100-3935 / 3100-3936 / 3100-3937 / 3100-3938 / 3100-3939 / 3100-3940 / 3100-3941 / 3100-3942 / 3100-3943 / 3100-3944 / 3100-3945 / 3100-3946 / 3100-3947 / 3100-3948 / 3100-3949 / 3100-3950 / 3100-3951 / 3100-3952 / 3100-3953 / 3100-3954 / 3100-3955 / 3100-3956 / 3100-3957 / 3100-3958 / 3100-3959 / 3100-3960 / 3100-3961 / 3100-3962 / 3100-3963 / 3100-3964 / 3100-3965 / 3100-3966 / 3100-3967 / 3100-3968 / 3100-3969 / 3100-3970 / 3100-3971 / 3100-3972 / 3100-3973 / 3100-3974 / 3100-3975 / 3100-3976 / 3100-3977 / 3100-3978 / 3100-3979 / 3100-3980 / 3100-3981 / 3100-3982 / 3100-3983 / 3100-3984 / 3100-3985 / 3100-3986 / 3100-3987 / 3100-3988 / 3100-3989 / 3100-3990 / 3100-3991 / 3100-3992 / 3100-3993 / 3100-3994 / 3100-3995 / 3100-3996 / 3100-3997 / 3100-3998 / 3100-3999 / 3100-4000 / 3100-4001 / 3100-4002 / 3100-4003 / 3100-4004 / 3100-4005 / 3100-4006 / 3100-4007 / 3100-4008 / 3100-4009 / 3100-4010 / 3100-4011 / 3100-4012 / 3100-4013 / 3100-4014 / 3100-4015 / 3100-4016 / 3100-4017 / 3100-4018 / 3100-4019 / 3100-4020 / 3100-4021 / 3100-4022 / 3100-4023 / 3100-4024 / 3100-4025 / 3100-4026 / 3100-4027 / 3100-4028 / 3100-4029 / 3100-4030 / 3100-4031 / 3100-4032 / 3100-4033 / 3100-4034 / 3100-4035 / 3100-4036 / 3100-4037 / 3100-4038 / 3100-4039 / 3100-4040 / 3100-4041 / 3100-4042 / 3100-4043 / 3100-4044 / 3100-4045 / 3100-4046 / 3100-4047 / 3100-4048 / 3100-4049 / 3100-4050 / 3100-4051 / 3100-4052 / 3100-4053 / 3100-4054 / 3100-4055 / 3100-4056 / 3100-4057 / 3100-4058 / 3100-4059 / 3100-4060 / 3100-4061 / 3100-4062 / 3100-4063 / 3100-4064 / 3100-4065 / 3100-4066 / 3100-4067 / 3100-4068 / 3100-4069 / 3100-4070 / 3100-4071 / 3100-4072 / 3100-4073 / 3100-4074 / 3100-4075 / 3100-4076 / 3100-4077 / 3100-4078 / 3100-4079 / 3100-4080 / 3100-4081 / 3100-4082 / 3100-4083 / 3100-4084 / 3100-4085 / 3100-4086 / 3100-4087 / 3100-4088 / 3100-4089 / 3100-4090 / 3100-4091 / 3100-4092 / 3100-4093 / 3100-4094 / 3100-4095 / 3100-4096 / 3100-4097 / 3100-4098 / 3100-4099 / 3100-4100 / 3100-4101 / 3100-4102 / 3100-4103 / 3100-4104 / 3100-4105 / 3100-4106 / 3100-4107 / 3100-4108 / 3100-4109 / 3100-4110 / 3100-4111 / 3100-4112 / 3100-4113 / 3100-4114 / 3100-4115 / 3100-4116 / 3100-4117 / 3100-4118 / 3100-4119 / 3100-4120 / 3100-4121 / 3100-4122 / 3100-4123 / 3100-4124 / 3100-4125 / 3100-4126 / 3100-4127 / 3100-4128 / 3100-4129 / 3100-4130 / 3100-4131 / 3100-4132 / 3100-4133 / 3100-4134 / 3100-4135 / 3100-4136 / 3100-4137 / 3100-4138 / 3100-4139 / 3100-4140 / 3100-4141 / 3100-4142 / 3100-4143 / 3100-4144 / 3100-4145 / 3100-4146 / 3100-4147 / 3100-4148 / 3100-4149 / 31



Em adendo, cabe grifar que os autos de tal projeto de lei não informam que ocorreu a devida publicação do mesmo no Diário do Poder Legislativo – DPL, desta forma, destaca-se que este procedimento é regimental e não pode ser dispensado, sob pena de invalidade do referido projeto por irregularidade formal insanável, nos termos dos artigos 120 e 149 da Resolução nº 2.700/2009).

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme acima grifado, o Projeto de Lei Complementar nº 32/2022, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Mageski, tem por objeto dispor sobre a modificação de dispositivos da Lei Complementar nº 971, de 14 de julho de 2021, acabando com o limite de vagas no transporte rodoviário intermunicipal para as pessoas com deficiência comprovadamente carentes. Ou seja, atualmente o limite é de reserva de dois assentos, passando a ser ilimitada a reserva de assentos de modo a garantir até a totalidade dos assentos existentes nos ônibus que realizam o transporte intermunicipais de passageiros. Além disso, a proposição garante aos acompanhantes dos deficientes carentes o direito de sentar ao lado; e, ainda, prevê - caso as duas vagas de idosos já estejam ocupadas - que ficaria garantido o direito ao desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem para mais dois lugares para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, quando os assentos reservados já estiverem sendo utilizados.

Não obstante, com essa teleologia, o parlamentar autor do projeto ora em apreço vislumbra atender a demanda apresentada pelas pessoas com deficiência e carentes. Nesses termos, a proposição legislativa ora em análise é adequada e meritória em face do interesse público envolvido. Entretanto, extrai-se da análise jurídica do indicado projeto de lei em questão a existência de antinomia com o ordenamento constitucional e legal. Senão vejamos:





A inconstitucionalidade irreparável decorre do conteúdo da matéria (***cessão ilimitada de passagens gratuitas para deficientes carentes e, ainda, de valor reduzido para mais lugares de idosos – nos termos que especifica – no sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros no Estado do Espírito Santo***) regulada pelo objeto do Projeto de Lei Complementar nº 32/2022 ser expressamente vedada pela Constituição Estadual, pois a sua autoria (iniciativa legislativa privativa) só é permitida ao Chefe do Poder Executivo, ou seja, vedada a autoria parlamentar. Vejamos os seguintes comandos da Constituição Estadual, com destaque para o *caput* e os §§ 1º, 2º e 10, do art. 229:

“Art. 227. O transporte coletivo de passageiros é serviço público essencial, obrigação do Poder Público, responsável por seu planejamento, gerenciamento e sua operação, diretamente ou mediante concessão ou permissão, sempre através de licitação.

Parágrafo único - Cabe ao Estado o planejamento, o gerenciamento e a execução da política de transporte coletivo intermunicipal e intermunicipal urbano, e aos Municípios os da política de transporte coletivo municipal, além do planejamento e administração do trânsito.

(...)

Art. 229. Aos maiores de sessenta e cinco anos e aos menores de cinco anos de idade, e às pessoas com deficiência é garantida a gratuidade no transporte coletivo urbano, mediante a apresentação de documento oficial de identificação e, na forma da lei complementar de iniciativa do Poder Executivo, em cujo texto constará parâmetros necessários para a habilitação do deficiente ao benefício, especialmente em relação ao grau de sua capacidade física, à condição financeira de sua família e à limitação do uso da gratuidade.

§ 1º - Os estudantes de qualquer grau ou nível de ensino oficial e regular, na forma da lei, terão redução de cinquenta por cento no valor da tarifa dos transportes coletivos intermunicipais urbanos.

§ 2º - Fica vedada a concessão de gratuidade no transporte coletivo rodoviário intermunicipal, redução no valor de sua tarifa fora dos casos previstos neste artigo e, ainda, a inclusão ou manutenção de subsídio





de qualquer natureza para cobrir déficit de outros serviços de transporte.

(...)

§ 4º Os estudantes matriculados no ensino médio das redes públicas estadual e federal farão jus à gratuidade integral da tarifa no Sistema Transcol, exclusivamente para os deslocamentos residência/escola/residência nos horários e linhas específicas para esses deslocamentos.

§ 5º A gratuidade estabelecida no § 4º deste artigo poderá ser extensiva, na forma da lei de iniciativa do Poder Executivo Estadual, aos estudantes de ensino técnico da rede pública estadual e federal.

§ 6º Os estudantes de ensino superior, matriculados nos estabelecimentos da rede pública, os estudantes que estejam contratados com o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, bem como os bolsistas beneficiados por programas estaduais e federais, na forma da lei de iniciativa do Poder Executivo Estadual, farão jus à gratuidade integral da tarifa no Sistema Transcol, exclusivamente para os deslocamentos residência/faculdade/residência nos horários e linhas específicas para esses deslocamentos.

§ 7º Os beneficiários da gratuidade estabelecida pelo § 6º deverão comprovar insuficiência de renda familiar, na forma da Lei de iniciativa do Poder Executivo Estadual.


§ 8º O estudante que optar por alguma das gratuidades fixadas nos §§ 4º, 5º e 6º não fará jus ao benefício de meia tarifa concedido pelo § 1º deste artigo.

§ 9º

§ 10. Aos maiores de sessenta e cinco anos, aos menores de seis anos de idade e às pessoas com deficiência é garantida a gratuidade no transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros, mediante a apresentação de documento oficial de identificação e, nos estritos termos fixados em lei complementar específica, de iniciativa do Poder Executivo, que definirá os parâmetros necessários para a habilitação dos beneficiários da gratuidade, especialmente em relação ao grau de capacidade física, à condição financeira de sua família e à limitação do uso.

(NEGRITOS E GRIFOS DE NOSSA AUTORIA)



 <p>ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA</p>	Projeto de Lei Complementar nº 32/2022	Página
	Carimbo / Rubrica	

Como se verifica do resultado da exegese jurídica da pretensa normatividade do Projeto de Lei Complementar nº 32/2022 em cotejo com os comandos da Constituição Estadual, em que pese o justo propósito que norteou a iniciativa parlamentar, a mencionada proposição legislativa padece de vício insanável de constitucionalidade formal, por se tratar de matéria cuja iniciativa é, incontestavelmente, reservada ao Chefe do Poder Executivo.

Nesses termos e por ser de autoria parlamentar, a proposição em comento também fere, irremediavelmente, tanto a iniciativa legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo, quanto o Princípio da Reserva de Administração. Desta forma, tem-se o diagnóstico incontestável de que o Projeto de Lei Complementar nº 32/2022 realmente versou, mais uma vez, sobre tema de iniciativa legislativa privativa do Governador do Estado, pois objetiva criar nova atribuição para a Administração Pública do Estado do Espírito Santo, na medida em que implica em novel atribuição para a CETURB e para a Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura – SEMOBI. Destarte, ter-se-ia que ocorrer, necessariamente, reorganização administrativa e de pessoal da própria administração do Poder Executivo e de sua entidade da Administração Indireta para fiscalizar o implemento de benefícios.

Esse quadro demonstra a inconstitucionalidade pela específica situação definida no texto da proposição legislativa em comento, pois, por ser de autoria de parlamentar, não poderia prever ações que impliquem em organização administrativa e de pessoal da administração do Poder Executivo e, tão pouco, em criar atribuição nova para Secretaria e empresa pública do Estado do Espírito Santo. Nesse contexto, o projeto de lei em apreço viola diretamente a esfera de *Iniciativa Legislativa Privativa* do Chefe do Poder Executivo. Vejamos o que define a Constituição Estadual *in verbis*:

Art. 63. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e aos cidadãos, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta Constituição.





Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

III - organização administrativa e pessoal da administração do Poder Executivo;

(...)

VI - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos do Poder Executivo.

(...)

Art. 91. Compete privativamente ao Governador do Estado:

I -

II - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

Uníssono a este topoi jurídico, o próprio Supremo Tribunal Federal já se manifestou em casos idênticos e se posicionou no sentido de preservar *incontest* os Princípios da Reserva de Administração do Poder Executivo e da Separação dos Poderes (ADI-MC 776/RS – Órgão Julgador: Tribunal Pleno – Relator: Ministro Celso de Mello – Julgamento: 23/10/1992. DJ 15-12-2006 PP-00080; ADI-MC 2364 – Órgão Julgador: Tribunal Pleno – Relator: Ministro Celso de Mello – Julgamento: 23/10/1992. DJ 15-12-2006 PP-00080).

Não obstante, julgando a constitucionalidade de uma lei do Estado do Espírito Santo, o Excelso Pretório ratificou o seu posicionamento, inclusive para concluir que nem na hipótese de sanção haveria convalidação do vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa do chefe do Poder Executivo (ADI 2867/ES – Órgão Julgador: Tribunal Pleno – Relator: Ministro Celso de Mello – Julgamento: 03/12/2003. DJ 09-02-2007 PP-00016).

Inclusive, nota-se que a inconstitucionalidade formal detectada é insanável e, portanto, não possui emenda que dê saneamento a tal gravame. Em suma, o Projeto de Lei Complementar nº 32/2022, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Mageski é material e formalmente inconstitucional. Destarte, propomos a seguinte conclusão:





DISPOSITIVO

EX POSITIS, somos pela **INCONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei Complementar nº 32/2022, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Mageski.

É o nosso entendimento.

Vitória, 23 de junho de 2022.

GUSTAVO MERÇON
Procurador Legislativo





Processo: 10394/2022 - PLC 32/2022

Fase Atual: Elaboração de Parecer pelo Procurador

Ação Realizada: Prosseguir

Próxima Fase: Reelaboração de Parecer pelo Procurador

A(o) Diretoria da Procuradoria,
À Subcoordenadora da Setorial Legislativa

Vitória, 23 de junho de 2022.

Liziane Maria Barros de Miranda
Procurador - 3624778

Tramitado por, Guilherme Rodrigues Matrícula 778066





Processo: 10394/2022 - PLC 32/2022

Fase Atual: Reelaboração de Parecer pelo Procurador

Ação Realizada: Prosseguir

Próxima Fase: Devolução da Proposição com Parecer Técnico Elaborado

A(o) Diretoria da Procuradoria,
Opinamento da Subcoordenadora

Vitória, 28 de junho de 2022.

Liziane Maria Barros de Miranda
Procurador - 3624778

Tramitado por, Marta Goretti Marques Matrícula 663695





Processo: 10394/2022 - PLC 32/2022

Fase Atual: Devolução da Proposição com Parecer Técnico Elaborado

Ação Realizada: Prosseguir

Próxima Fase: Devolução da Proposição à Procuradoria Geral

A(o) Procuradoria Geral,

Encaminho o presente processo com a observância de todos os requisitos previstos no art. 12, V, da LC nº 287/04, bem como art. 16 e art. 6º, "a", ambos do Ato nº 964/18.

Vitória, 29 de junho de 2022.

VINICIUS OLIVEIRA GOMES LIMA

Procurador - 2025031

Tramitado por, Guilherme Rodrigues Matrícula 778066

